



**CPFL ENERGIA S.A.**  
NIRE 35.300.186.133  
CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93

**ATA DA 388ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2019, às 16:00h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632 - parte - Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Convocada na forma do Parágrafo 3º do Artigo 17 do Estatuto Social da CPFL Energia.
- 3. PRESENCAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), na forma do Parágrafo 7º do Artigo 17 do Estatuto Social.
- 4. MESA:** Presidente – Bo Wen e Secretário – Valter Matta.
- 5. ASSUNTO TRATADO E DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS:**

Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia e aprovada sua publicação, com a omissão das assinaturas dos conselheiros e a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais.

Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi tomada a deliberação a seguir pelo Conselho, por unanimidade de votos dos presentes:

**(i) Recomendou, nos termos das Resoluções de Diretoria N° 2019300-E e 20019322-E,** o voto favorável aos seus representantes nos órgãos deliberativos da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis") para a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Renováveis para aprovação da Proposta da Diretoria para a alteração do Estatuto Social da CPFL Renováveis nos seguintes termos:

**(a)** a exclusão da alínea "e" do artigo 10, da alínea "L" do artigo 18, dos parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo 39; do artigo 40 e seus parágrafos;

**(b)** da alteração da redação das alíneas "c" e "d" do artigo 10, da alínea "ac" do artigo 18, do caput do artigo 39, do artigo 41 e do artigo 43, que passarão a vigor, respectivamente com a seguinte redação: Artigo 10, c – *deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, na hipótese de uma oferta promovida pela Companhia.* Artigo 10, d – *deliberar sobre a saída do Novo Mercado da B3, na hipótese de uma oferta promovida pela Companhia.* Artigo 18, ac – *manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no*



mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas incluindo preço e potenciais impactos de liquidez; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) alternativas a aceitação da oferta disponíveis ao mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Artigo 39 – Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo das ações da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Artigo 41 – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo preço justo de acordo com o Regulamento do Novo Mercado. Artigo 43 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, sob as mesmas condições estabelecidas no Artigo 40.

(c) a renumeração dos artigos do Estatuto Social para refletir as alterações e exclusões acima;

(d) a consolidação do Estatuto Social.

**6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Bo Wen (Presidente da Mesa), Sr. Shirong Lyu, Sr. Hong Li, Sr. Yang Qu, Sr. Anselmo Henrique Seto Leal, Sr. Yumeng Zhao, Sr. Gustavo Estrella, Sr. Antonio Kandir, Sr. Marcelo Amaral Moraes e Sr. Valter Matta (Secretário).

Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer.

A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

Campinas, 30 de outubro de 2019.

**Valter Matta**  
(Secretary)

